A DIMENSÃO POLÍTICO-CULTURAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19¹

LA DIMENSIÓN POLÍTICO-CULTURAL DE LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL EN TIEMPOS DEL COVID-19

Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro²
 Camila dos Santos Sampaio Carvalho³
 Thaysa Fernanda Ramalho Nery de Oliveira⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a reflexão da dimensão cultural da Política de Assistência Social em tempos de Covid-19. Os objetivos pretendidos são: compreender como a Política de Assistência social, reconhecida a partir da Constituição de 1988 como direito do cidadão e dever do Estado, tem se apresentado nesse cenário a partir dos seus traços imediatistas que caracterizam o seu percurso histórico e quais os desafios para que as diretrizes e princípios na direção da garantia de direitos sociais sejam afiançados especialmente em um contexto de pandemia. Para as análises adotou-se um método crítico de abordagem qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica. As conclusões apontam que a cultura política da assistência social, na reprodução da relação de troca e de favor e de ações imediatistas, continua enraizada na estrutura da sociedade brasileira, influenciando práticas sociais e apresentando-se como um desafio para superação na gestão pública das políticas sociais.

Palavras-Chave: Cultura-Política. Assistência Social. Pandemia.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objeto la reflexión de la dimensión cultural de la Política Asistencial en la época del Covid-19. Los objetivos que se persiguen son: comprender cómo la Política Asistencial, reconocida desde la Constitución de 1988 como un derecho ciudadano y un deber del Estado, se ha presentado en este escenario desde sus rasgos inmediatos que caracterizan su trayectoria histórica y cuáles son los desafíos para que se refuercen los lineamientos y principios en la dirección de garantizar los derechos sociales, especialmente en

¹ Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI.

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social. Professora da UFPI, membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social- GEPSS- CNPQ- UFPI, email: mnevesdacosta@gmail.com

³ Pós graduanda em Família e Políticas Públicas no Centro Universitário Santo Agostinho, email: sampaiocamis@gmail.com

⁴ Assistente Social, pós graduanda em Família e Políticas Públicas no Centro Universitário Santo Agostinho, email: thaysa-kaka@hotmail.com

un contexto pandémico. Para los análisis, se adoptó un enfoque cualitativo crítico basado en una revisión de la literatura. Las conclusiones señalan que la cultura política de la asistencia social, en la reproducción de la relación de intercambio y favor y de acciones inmediatas, permanece arraigada en la estructura de la sociedad brasileña, incidiendo en las prácticas sociales y presentándose como un desafío a superar en la gestión pública de políticas sociales.

Palavras chave: Cultura-Política. Asistencia Social. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O objetivo do referido artigo é refletir como a Política de Assistência Social tem se apresentado no atual momento de crise sanitária proveniente da Covid-19. O nosso cenário de análise é a sua dimensão político-cultural marcada historicamente por características imediatistas, associada à benesse independente das conquistas adquiridas com o Marco legal da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e demais legislações específicas da área.

A assistência social, em tempos atuais, ainda apresenta expressões de um conjunto de ações guiadas de forma subjetiva, com a finalidade de atender aos anseios da população mais vulnerável que demanda proteção social como assistido, desprovido da sua condição de cidadão. Assim sendo, essa política é percebida de maneira distorcida por uma parte da sociedade, não sendo considerada na perspectiva do direito, no reconhecimento de um status de cidadania, mas sim como atitude de benemerência por parte dos governantes.

Essa realidade aponta para uma diversidade de interpretações que limitam e prejudicam o atendimento às necessidades dos indivíduos e a execução de ações nos moldes legais. Esses moldes devem acompanhar e seguir as normativas e diretrizes que primam pela ética, razão e civilidade.

Com o intuito de compreendermos como a assistência social, enquanto política pública garantidora de direitos, tem se configurado no contexto da crise sanitária que vivenciamos, a partir de uma realidade marcada pela presença contraditória de atitudes conservadoras e autoritárias, que marcam a dimensão político-cultural dessa política, apresentaremos as reflexões trazendo uma explanação a partir dos seguintes tópicos: noções de cultura política, a assistência social enquanto política pública, e por último, Assistência Social e os desafios enfrentados a partir da sua dimensão político-cultural em tempos de Covid-19. Para tanto, a construção do texto está apoiada em

um método crítico de abordagem qualitativa que partir de uma revisão bibliográfica norteou todo o processo de elaboração do objeto de estudo.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado tomando como base o método crítico, que permite a análise do objeto de forma holística, compreendendo as nuances contraditórias que o permeiam. Dessa forma, utilizou-se a abordagem qualitativa, que se configura a partir da investigação de dados que não podem ser mensurados numericamente. A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2002, p. 21) “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados”.

A construção do trabalho deu-se por meio de uma revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de escritos já publicados, ou seja, o pesquisador usufrui de diversos materiais já existentes para que o mesmo possa tanto conhecer a temática que irá ser estudada mais a fundo, quanto para elaborar suas próprias conclusões acerca do tema (GIL, 2008). O estudo, então, se desenvolveu através da leitura de legislações, normativas e livros relacionados à temática proposta.

NOÇÕES CONCEITUAIS DE CULTURA POLÍTICA

A cultura política, segundo Castro (2008, p. 6), “está ligado fundamentalmente ao conhecimento do comportamento e das atitudes da população”. Ou seja, cultura política está relacionada ao comportamento dos indivíduos perante as estruturas políticas. O autor ressalta que o conceito de cultura política não pode ser colocado de forma enrijecida, isto é, esse termo e toda sua caracterização dependerão, também, da sociedade a qual se pretende analisar.

Com isso, pode-se falar sobre as diversas culturas políticas que incidem veementemente nas ações dos sujeitos em seu cotidiano e conseqüentemente influenciam na forma como é conduzida a política e as práticas governamentais. Assim, ao analisar a gestão das políticas públicas, percebem-se as características presentes nessa política que refletem as culturas políticas que a cercam.

A autora Oliveira (2003), traz a discussão sobre algumas características das culturas políticas que permeiam o modo como as relações sociais são construídas. Uma delas é a cultura tecnocrática, que conduz para uma perspectiva meramente técnica, impossibilitando processos de discussão e transformação. A tecnocracia traz um viés emergencial para a gestão das políticas públicas, isto é, os esforços devem deter-se a amparar aqueles sujeitos que não conseguiram atender suas necessidades através do mercado, sem a intenção de combater a desigualdade social.

O clientelismo é uma outra cultura que está fincada nas raízes históricas das políticas públicas e que ainda se faz presente na gestão. Essa cultura política dificulta a consolidação da concepção do direito, encarando-a, assim, como um favor. As ações realizadas nesses moldes descaracterizam a política pública como direito, tornando-a como moeda de troca para favores políticos (OLIVEIRA, 2003).

Oliveira (2003) ainda destaca a cultura democrática e participativa, cultura esta em que diversas políticas públicas são pensadas e construídas. A partir dessas perspectivas, o Estado torna-se o ator principal no comando dessas políticas, atuando em um viés descentralizado e participativo. Aqui, a sociedade está presente ativamente nos espaços de decisão, trilhando, assim, o caminho para a gestão das políticas públicas que prime pela cidadania e democracia. Dessa forma, pode-se observar que “distintas culturas políticas não só atravessam as ações coletivas dos grupos sociais, como também incidem nos sistemas de proteção social” (OLIVEIRA, 2003, p. 117).

Assim, é possível falar em uma mesclagem de culturas políticas presentes nas ações e práticas advindas do Estado e da própria sociedade que podem dificultar o entendimento das políticas públicas e sociais como instrumentos garantidores de direitos previstos constitucionalmente e em outros aparatos legais.

Damatta (1997) aponta discussões pertinentes a essa temática, ao evidenciar que a sociedade brasileira se apresenta como sociedade relacional, ou seja, as relações sociais que os indivíduos constroem entre si tornam-se mais importantes do que as instituições normativas e legais. Desse modo, confunde-se, portanto, o espaço público (leis e normas) com o espaço privado (relações pessoais), que desencadeia em uma gestão da coisa pública baseada no discurso populista e paternalista.

Como foi dito anteriormente, cultura política tem ampla significação diante do olhar de vários autores, outra concepção diz que “cultura política significa tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas” (GOHN, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 116). Ou seja, podemos entender como um conjunto de conhecimentos, hábitos e identidade de um coletivo de determinada sociedade. Assim, falar da cultura política que norteia o entendimento que muitos têm sobre políticas públicas, e consequentemente, sobre políticas sociais, é falar também como os cidadãos brasileiros enxergam as mesmas, segundo seus conhecimentos e hábitos, construídos coletivamente ao longo do tempo.

No próximo subitem será abordado como as culturas políticas existentes no Brasil podem e influenciam o entendimento que as pessoas têm sobre assistência social, sendo esta um direito garantido desde a Constituição de 1988, mas que apresenta dificuldades para se consolidar como tal diante das culturas políticas que a orbitam.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O processo de construção da assistência social enquanto política pública é perpassado por diferentes etapas no percurso histórico da formação do sistema de proteção social brasileiro. Pereira (2002), afirma que a assistência social, escassamente, é tomada como objeto de estudos científicos, como também, é negligenciada pelo Estado que não a inclui na agenda política como crucial para a elevação da qualidade de vida dos sujeitos em articulação com as demais políticas. Essa realidade demonstra ainda a necessidade de um efetivo reconhecimento da assistência social enquanto política pública.

Com o intuito de compreender a assistência social como direito dos cidadãos que dela necessitar e dever do Estado, Pereira (2002) evidencia um processo baseado em três dimensões que ocorrem ao mesmo tempo, são elas: racional, ético e cívico.

Debruçando-se sobre a primeira dimensão, pode-se dizer que a Política de Assistência Social deve ser considerada racional, pois a mesma foi formulada através de estudos e pesquisas científicas. Tal fato revela, portanto, que essa política tem suas ações embasadas a partir de uma análise situacional minuciosa da realidade, que

traçam objetivos a serem alcançados e posteriormente, seus resultados analisados e avaliados (PEREIRA, 2002).

Já a dimensão ética é relevante para entender a assistência social como política pública social e direito social, pois constitui uma responsabilidade moral do Estado e não dos indivíduos. Por muito tempo o indivíduo foi e ainda é culpabilizado por sua condição de vulnerabilidade social e pobreza. É necessário construir possibilidades, descobrir habilidades e condições necessárias para que o cidadão ultrapasse sua situação tutela, sem estigmatizar quem necessita da assistência social (PEREIRA, 2002).

E por fim tem-se a dimensão cívica, entendida como uma consciência de que a assistência social é um direito, conquistado pela própria sociedade em seus movimentos e manifestações. Desse modo, a assistência social revela-se como uma política social que tem que cuidar das desproteções sociais, mostrando-se presente no cotidiano das pessoas, das famílias e do coletivo em um dado território. Assim, analisando a assistência social a partir da dimensão cívica é possível legitimá-la como direito social conquistado pela sociedade, previsto em lei (PEREIRA, 2002).

A assistência social como direito social é fruto de um forte movimento no final dos anos 80, que ensejava o fim da Ditadura Militar, a volta dos direitos políticos e civis, o reconhecimento legal da assistência social como direito social e como parte da seguridade social brasileira, formando assim, o tripé da seguridade, juntamente com a saúde e a previdência social.

Para tanto, com base nas reflexões levantadas, é mister que seja possível pensar uma política de assistência social em que:

O seu objeto de atenção deixe de ser uma anomalia social para ser um fenômeno dotado de regularidade histórica e passível de explicações e tratamento científico. E seu destinatário deixe de ser um miserável para ser uma coletividade definida a partir dos conceitos de pobreza relativa ou desigualdade social, em contraposição a conceito de pobreza absoluta ou extrema. Isso exigirá que a assistência social se organize não em torno de uma clientela, mas de necessidades sociais determinadas por fatores estruturais e históricos (PEREIRA, 2002, p. 230).

Com o intuito de organizar a materialização dos princípios e diretrizes previstas na LOAS, se instituiu em 2004 o Sistema Único de Assistência Social – SUAS que passou a regularizar em todo território nacional as ações da Política Nacional de Assistência

Social – PNAS. Essa conquista trouxe inúmeros avanços, pois a partir de então foi possível organizar a gestão dessa política por meio dos serviços, programas e projetos sociais seguindo uma lógica descentralizada e hierarquizada nos atendimentos às demandas da sociedade. Foram criados equipamentos sociais como Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS que passaram a serem as portas de entrada para as situações de vulnerabilidade social da população (BRASIL, 2004).

Essa é a realidade vivenciada nos dias atuais, porém muitos desafios atravessam e se fazem presente no cotidiano da Política de Assistência Social. As marcas históricas da nossa cultura do favor ainda perduram, fragilizando assim a ideia do direito, pulverizando as possibilidades do reconhecimento do Estado de cidadania, especialmente àqueles que mais necessitam de proteção social. Por esta política ainda não ter sua afirmação histórica como campo de ampliação da proteção, ela tem sofrido muitos equívocos em sua interpretação e execução colocando em xeque as conquistas alcançadas.

Assim sendo, é incontestável como a cultura política está enraizada na estrutura da sociedade influenciando as práticas sociais e em especial a gestão das políticas públicas como a da assistência social. Pautado nessa evidência, no próximo tópico apresentaremos reflexões de como essa dimensão cultural vem atingindo a implementação dessa política, especialmente em momentos de crise, e aqui estamos nos referindo a crise sanitária proveniente da Covid- 19.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS A PARTIR DA SUA DIMENSÃO POLÍTICO-CULTURAL EM TEMPOS DE COVID-19

Em momentos de crise, a organização social de uma sociedade passa por transformações e essa realidade comumente potencializa os inúmeros desafios que se enfrenta cotidianamente. Assim, cientes que a dimensão cultural ainda norteia a elaboração das políticas públicas e em especial a da assistência social, questionamos, principalmente em momentos de crise: como esta dimensão vem se caracterizando como definidora de diversas ações socioassistenciais que vêm sendo executadas ou

mesmo inviabilizadas no atual momento de crise sanitária que se encontra a sociedade brasileira?

De tal fato pode-se inferir que os escolhidos para estarem no comando do que é público, tratam a coisa pública como algo privado, isto é, as tomadas de decisões relacionadas à sociedade têm características de cunho pessoal. Damatta (1997) explicita que, muitas vezes, comportamentos, condutas, vícios e hábitos que ocorrem no âmbito privado (casa) são levados para o espaço público (rua), assim impedindo que os governantes possam administrar na ótica da racionalidade e criticidade.

A autora Pereira (2002, p. 218) assinala que “a assistência social é comumente identificada como um ato de subjetividade, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena”. Mas isso, segundo Oliveira (2003), infelizmente faz parte da cultura política brasileira, pois muitos políticos se utilizam desta prática para se autopromover, dando origem a um modo de relação entre os atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos por meio de trocas de favores políticos identificado por Carvalho (1997) como clientelismo.

Como compreende Oliveira (2003), a assistência social tem na sua história marcas que comprovam como as peculiaridades da cultura política têm influenciado a sua performance.

A história da assistência social tem sido pródiga em demonstrar o quanto essa cultura política tem sido capaz de legitimar a assistência social como uma ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres carentes e desassistidos de toda sorte. A esses predestinados cabe o apoio moral da sociedade que, imbuída do desejo de socorrê-los da miséria e da pobreza, terminam confirmando sua submissão e dependência a uma lógica perversa e legitimadora das desigualdades (OLIVEIRA, 2003, p. 119).

Como citado acima, a cultura política brasileira interfere demasiadamente na forma como é conduzida a gestão das políticas públicas e aqui destacada a assistência social. Tudo isso faz parte da cultura política que orbita a política social de assistência social, e que com a crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19 escancarou ainda mais a desigualdade social no Brasil, como também, explicitou o processo de desmonte do sistema de seguridade social brasileiro e dos direitos trabalhistas.

De acordo com Boschetti e Behring,

(...) a intensa precarização das relações e condições de trabalho faz emergir um universo de trabalhadores e trabalhadoras (mais de 100 milhões de pessoas ou quase 50% da população) que se viram, da noite para o dia, sem trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, sem benefícios assistenciais e sem condições de seguir buscando nas ruas algum tipo de atividade precarizada (as atividades informais) que lhes assegurasse uma forma de rendimento e de sobrevivência (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p.76).

Essa realidade descrita pelas autoras, agregada a toda uma tradição cultural que é histórica no processo de gestão e execução da política de assistência social, ocasiona uma ampliação do fosso existente entre a população brasileira. As necessidades básicas vão se avolumando e as provisões sociais, garantidas por lei, por meio de serviços, programas e benefícios sociais que já são insuficientes para garantia da sobrevivência, tornam-se cada vez mais precárias como consequência da pandemia sanitária e também de uma pandemia social marcada pela informalidade, baixos e instáveis salários e vulnerabilidades extremas.

Segundo Boschetti e Behring (2021) na política de assistência social já se vivenciava um processo de redução dos recursos dirigido aos programas, projetos e ações socioassistenciais da gestão do SUAS. No início da pandemia em março de 2020, o orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social já havia sofrido uma redução de 2% em relação a 2018 (exceto BPC e RMV). A proposta de Lei Orçamentária para 2020 previa somente R\$ 1,344 bilhão para o Suas (exceto BPC), o que significa uma queda de 31% em relação ao valor gasto em 2019.

Essa realidade já se apresentava preocupante para a manutenção dos serviços, programas e ações que permitem o atendimento às famílias usuárias do SUAS, com a pandemia resultante do Covid-19, o cenário tornou-se catastrófico. Atualmente, meados do segundo semestre de 2021, os repasses federais para os municípios estão com uma redução de 50% em relação a 2020 incapacitando municípios de desenvolverem ações socioassistenciais importantes para o atendimentos das demandas das famílias, que na grande maioria são de pequenos portes, ou seja, têm o repasse do Fundo Nacional de Assistência Social como a fonte de manutenção das ações socioassistenciais.

As consequências de tal realidade, reduções orçamentárias e assim precários investimentos nas ações socioassistenciais, ocasionaram sérios impactos nos objetivos

a que se propõe a Política de Assistência Social. Esses objetivos vão além da Transferência de Renda, pois também estão direcionados a prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculo familiares e comunitários, ativos importantes em uma situação de crise, especialmente a provocada pela pandemia do Covid-19.

Sobre essas consequências, Boschetti e Behring assinalam:

O que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social. Este último pode e deve compor uma política de seguridade social, fundada em trabalho estável com direitos, previdência e saúde públicas e universais. Como direito social, programas de “renda básica universal” podem complementar ou substituir temporariamente a perda de direitos do trabalho, mas jamais terão a capacidade de reduzir desigualdades no acesso à riqueza socialmente produzida (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 81).

Atrelado à agudização das expressões da questão social, a realidade da pandemia também aumenta as possibilidades de práticas clientelistas e assistencialistas se tonarem cada vez mais presentes na vida das famílias, ocasionando, assim, uma inversão da condição de cidadão para favorecidos, isto é, uma moeda de troca em favores políticos, marca, que a nossa cultura política historicamente vivencia e com essas práticas se fortalece mais ainda.

Refletir sobre a assistência social nesse cenário é no mínimo preocupante, pois quando unimos, os traços históricos de como essa área foi construída, distante de uma perspectiva de direitos, com a herança ainda presente de práticas clientelistas que perpassam a história política do país e o alto índice de vulnerabilidades que atingiu uma parcela significativa de brasileiros em virtude da crise pandêmica da Covid-19, vivenciamos um grande desafio. Como assevera Jacobi (2000) a cultura política está enraizada na estrutura da sociedade brasileira, influenciando as práticas sociais transformando-se em uma barreira para a superação do clientelismo na gestão pública.

A Política de Assistência Social enfrenta essas contendas, pois a proteção social afiançada por essa política prevê a garantia de segurança sociais voltadas para sobrevivência de rendimento e de autonomia, de acolhida e de convívio ou vivência familiar executadas por meio de inúmeros serviços como exemplo o de Proteção e

Atendimento Integral à Família (PAIF), Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Quando vivenciamos uma realidade de cortes orçamentários para gerir essas seguranças, sem dúvida compromete o acesso da população aos serviços socioassistenciais, dimensão importante para que, agregado aos Programas de Transferência de Renda, as famílias em situação de vulnerabilidade social possam acessar condições que as possibilitem enfrentar as inúmeras situações adversas que vivenciam, pois a pobreza é multidimensional.

Assim sendo, na atual realidade da pandemia da Covid-19, a Assistência Social tem enfrentado uma diversidade de situações que mitigam a sua garantia de proteção social. Neste cenário de crise sanitária em que uma significativa parcela da população passa por uma intensa precarização das relações e condições de trabalho, o que podemos vislumbrar é um aumento acelerado de práticas assistencialistas, o que difere imensamente do direito à assistência social enquanto política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da pandemia da Covid-19 vem demonstrando uma ainda frágil consolidação do nosso Estado de Direito, visto as respostas aos impactos imensuráveis nos setores sociais e econômico, nas relações sociais e comunitárias. Nas demandas da Política de Assistência Social, a despeito dos repasses de transferência direta de recursos à população, por intermédio do Auxílio Emergencial concedido ao público do Programa Bolsa Família e a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, medida significativa para o contexto, o financiamento para a garantia dos serviços socioassistenciais continuados, como prevê o SUAS, vem sofrendo graves reduções comprometendo ações importantes e primordiais para garantir o atendimento das vulnerabilidades nas subjetividades e nas relações familiares.

Essa situação também vem comprometendo um padrão de proteção, que ainda estava em processo de solidificação, que nos leva a um campo de dignidade, pois busca afiançar direitos e não para um campo de mitigação. Esta realidade pode incorrer em uma reedição de práticas conservadoras como apadrinhamentos, ações assistencialistas e imediatistas que imprime uma leitura superficial que a Assistência

Social é aquela que cuida dos mais pobres, criando e fortalecendo instrumentos de seletividade que são a antítese da proteção social, a antítese do conceito de Estado Universal de Direito.

Com esses desafios postos, se faz urgente uma reflexão dos impactos que essa realidade trará, para que as conquistas advindas com a Constituição de 1988 não sejam comprometidas, como também, apontando caminhos para uma (re)organização ágil dos serviços socioassistenciais para a proteção social da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI e BEHRING. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? In: **Serv. Soc & Soc.** nº 140, Jan-Abril- 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Scielo.** Vol. 40, nº 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext.

CASTRO, Henrique Carlos de O. Cultura Política: a Tentativa de Construção de um Conceito Adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, 1997.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

JACOBI, Pedro. **Políticas Sociais e ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa **Social. Teoria, Método e Criatividade.** Editora Vozes, Petrópolis, ano: 2002. Capítulo 1. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social:** uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a Política de Assistência Social. In: BRAVO, Maria Inês S., PEREIRA, Potyara A., (Orgs) **Política Social e Democracia.** 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.